(WC) - Professora Clélia, todo mundo, num momento histórico mais atrás, eu gostaria de saber quais foram os momentos mais marcantes é, na educação, durante o tempo da sua direção no CASEB.

(CF) - Bom, após a, a implantação em 1960 e aquele esforço de, de sedimentação, né? Do, da, do, do, do plano em 1961, nós tivemos um grande momento que não é só da educação no Distrito Federal, mas da educação nacional, que foi a proclamação em dezembro de 1961, da lei 4.024, lei de diretrizes e bases da educação nacional. Essa lei trouxe é, um, um trabalho extraordinário pra nós, a partir de janeiro de 1962, logo após as férias, porque não sei se vocês atentaram para a circunstância de que um dos artigos da lei diz que ela entraria em vigor no ano seguinte da sua publicação e ela foi publicada em 22 de dezembro, proclamada no dia 20 e publicada no dia 22. Isto significou que o ano seguinte foi um pouco mais de uma semana depois, e nós então entramos o ano letivo de 1961, resguardando os princípios filosóficos que, que nos inspiraram na em, na implantação do sistema, mas agora com necessidade de adaptar a estrutura do, do ensino de primeiro e segundo grau na nova lei.

(WC) - E quais foram as mudanças?

(CF) - Quais foram as mudanças, essa é a pergunta lógica.

(WC) - E. As mudanças mais efetivas, né?

(CF) - Efetivamente, o que, o que mudou foi um, um, um pouco de descentralização que a lei 4.024 trouxe ao, ao ensino, você deve se lembrar, todos sabem por experiência ou pela literatura, que até 1961, até a lei 4.024, o ensino de segundo grau é então, ensino médio, era inteiramente centralizado no ministério da educação, na CASEB, nós não começávamos uma prova sem que o inspetor federal estivesse presente pra associar ponto, toda aquela sistemática tão tonhecida e de, de

centralização de tudo no ministério da educação de um, um nível, de ensino diretamente inspecionado pelo ministério.

A partir de 1962, na, com, com a promulgação da lei 4.024, o ensino médio passou a ser da jurisdição do Distrito Federal, assim como em cada estado passou a, a jurisdição estadual. O quê que corporificou essa descentralização? No âmbito federal a criação do Conselho Federal de Educação, e nos, no âmbito estadual e dos Distrito Federal a criação dos conselhos estaduais e do conselho do Dio, de educação do Distrito Federal. Segundo a, a, a, a lei de diretrizes e base ao conselho federal caberia, aquele currículum que era o núcleo comum, que era a, enriquecido pelos conselhos de educação com a parte optativa do currículum. É a primeira vez que aparece no currículum de educação brasileira a, uma, a, a disciplinas optativas, né? Na CASEB, nós tivemos um ano muito difícil, porque o Conselho Federal de Educação não estava instalado, ele só se instalou, se não me engano, em fevereiro ou março e o conselho de educação do Distrito Federal é, no meio do ano, em junho, mais ou menos, final de junho e eu, inclusive, fui nomeada para o mandato de seis anos com outros colegas, para o conselho de educação do Distrito Federal. Primeiro conselho eu integrei, daí a dois anos, eu assumi vice-presidência, logo a presidência e dos doze anos que tive, estive lá, porque fui reconduzida por mais seis anos, dez vezes eu fui presidente do órgão. Eu deixei, deixei o conselho quando fui embora pro Estados Unidos, fazer pós-graduação em 1974, e o meu mandato é, expirou quando eu já havia saído, deixado o Distrito Federal. Me lembro bem que recebi um telegrama do, do Brasil western, mandado de, do Distrito Federal de Brasília, para Los Angeles, muito bonito, assinado pela então

presidente que me substituiu, Conselheira Ana Bernardes da Siqueira Rocha, onde ela em nome de todos os conselheiros, ao ensejo do término do meu mandato, apresentava agradecimentos e congratulações e tal pelo serviço prestado. E eu confesso que, e... esse telegrama lido lá em Los Angeles, à margem, às margens do pacífico, me emocionou, (riso) eu acho que mais se tivesse aqui evidentemente, não é? Ma... e quando fui a, já como aluna de pós-graduação em Los Angeles, passar um dia no (incomp.) conselho de educação de Los Angeles, fui apresentada lá, pelo diretor lá do escritório de estudantes internacionais, ao qual estava filiada na minha faculdade de educação (incomp.) que eu a princípio achei que ele tava me chamando de velha, mais depois eu percebi quando eu melhorei o meu inglês, que (incomp.) era alguém como uma, uma, um (incomp.) maior de educador.

(WC) - É (incomp.)

(CF) - E eu passei o dia lá e fui apresentada como (incomp.) presidente, né? E homenageada como ex-presidente de um conselho de educação da, da, do Distrito Federal no Brasil. E eu me lembro que ao responder a esta car... este telegrama eu com, transmiti ao conselho de educação essa homenagem que havia recebido, que eu achava que não era uma homenagem à minha pessoa, mas era uma homenagem ao conselho de educação e que eu então depositava naquela mesa, na sala Helena Reis, que é a sala de reuniões do conselho.

Então, voltando aos nossos trabalhos iniciais do conselho de educação, enquanto não se instalou o conselho de educação do Distrito Federal e enquanto estava em organização o Conselho Federal de Educação, nós tivemos muitas dificuldades pra, porque nós conhecíamos qual seria o currículo, que seria adotado e era preciso formar, organizar o currículo pra formar as turmas, pra iniciar o semestre em

março, o ano letivo, nossos cursos não eram semestrais. Eu me vali da circunstância muito feliz de ter aqui em Brasília um membro do Conselho Federal de Educação muito amigo nosso, que era o padre José Vieira de Vasconcelos, mais tarde foi inclusive professor aqui da faculdade, é aposentado nesta faculdade como professor de filosofia da educação.

(WC) - Ele vive aqui em Brasília?

(CF) - Vive em Barbacena. É uma figura a quem eu sempre que tenho oportunidade, gosto de prestar minha homenagem com, com muita saudade e com muito apreço mesmo, porque aprendi muito com ele. E por estar ele indo e vindo, ele ia ao Rio na, já estava organizando o conselho federal de educação já estava instalado, ele me passava oficiosamente, eu ia ao colégio Dom Bosco falava com ele, ele me passava oficiosamente os estudos, as decisões que estavam sendo encaminhadas ao conselho federal, e oficiosamente na CASEB nós também trabalhávamos tudo aquilo. Aproveitando a abertura, a flexibilidade introduzida na LDB, nós então, naquela época nós usamos três currículos, três opções para os alunos do ginásio. Uma que era puramente é, acadêmica digamos né? E clássica, com curso de latim e francês, uma que tinha o desenho e inglês, a outra que tinha não sei mais o que e inglês, coisas assim, eram três opções diferentes que os alunos podiam fazer. Evidentemente que isso mais tarde desapareceu, porque as possibilidades do colégio foram diminuindo e eu acredito que mais tarde isso não se verificou mais.

(WC) - Mas funcionou durante algum tempo?

(CF) - Funcionou, pelo menos durante o ano de 62 eu tenho certeza, 63 eu saí não poderia responder. Então, esse foi um momento muito

importante porque foi o momento em que o Distrito Federal assumiu o seu ensino de segundo grau e as escolas receberam uma responsabilidade maior, mais autonomia, inclusive, esta de escolher ou montar currículos diferentes fazer é, dar ofertas diferenciadas para os alunos, né? A lei de diretrizes e bases não alterou o espírito do, da, com que o ensino foi planejado.

(WC) - Implantado aqui.

(CF) - Planejado pra Brasília, ao contrário, ela só facilitou, porque a nossa linha era linha de flexibilidade, era uma linha de, centrada no aluno, de dar grandes oportunidades, de abrir um leque de opções pros alunos, que a gente já fazia através dos clubes, através de outras atividades e agora podia fazer com o currículo a, é diversificado que nós montamos na CASEB.

(WC) - Significa então, que a mudança de governo central nessa época, não influenciou, não modificou o espírito do ensino? Que vinha sendo trazido pelo Juscelino e pelo Jânio.

(CF) - Não, não!

(WC) - Não houve mudança.

(CF) - Não, mudanças no espírito não, acho que não. Acho, eu diria até que é, é este espírito como foi o ensino de Brasília foi implantado persiste até hoje, claro que hoje muito permeado com dificuldades, houve outra forma de ensino na, da qual eu vou me referir daqui a pouco, e houve muitas reformulações curriculares e muitas reformulações regulamentares, né? Das escolas por parte da fundação, por parte do conselho de educação do Distrito Federal, mas sempre no sentido de se, de se alentar um ensino modernizado, um ensino aberto, um ensino flexível, eu acho que Brasília ainda é pioneira em muitas iniciativas. Outro grande momento, pra continuar a responder a sua

pergunta, foi o da reforma dez anos depois da, com a lei 5.692, esta foi mais ou menos, eu não diria traumática mas esta balançou mais o sistema de ensino do Distrito Federal, como balançou todo país.

(WC) - Todo país.

(CF) - É, não houve preparação de pessoal, é, houve muita, muita intempestividade na, an, na implantação da lei.

(WC) - Essa foi a reforma pra, que introduziu o ensino profissionalizante?

(CF) - É. A lei 5.692 é a lei que universaliza (pigarreou) o ensino profissionalizante e determina que todo concluinte de segundo grau, devesse ter de, uma qualificação para o trabalho, né? Foi muito difícil.

(JD) - Em que ano que foi?

(CF) - Em 1971, ago, 11 de agosto de 71. Foi muito complicado implantar essa lei porque não havia, não houve em parte nenhuma do país uma preparação pra essa implantação.

(WC) - Sim que demandava.

(CF) - Demandava, primeiro preparação de professores e as disciplinas profissionalizantes.

(WC) - E depois.

(CF) - Até hoje nós temos aqui, a fundação tem um convênio aqui conosco um curso na faculdade de esquema um, que é dar a parte pedagógica aos professores do ensi... de matérias, disciplinas profissionalizantes, eles tão tendo aula aqui toda noite de 8:00 às 11:00, não é?

(WC) - Mas era, são teóricas, né?

(CF) - É, é a parte é pedagógica de professores que já têm a parte

profissionalizante.

(WC) - E que não tinham a pedagógica.

(CF) - E que não tinham a parte pedagógica, este é o esquema 1.

(WC) - A parte pedagógica.

(CF) - Esta coisa tinha que ter sido feita em, em maior escala no Brasil inteiro, preparando os professores pra estas disciplinas. Acho que aqui não é o momento de fazer uma análise da lei 5.692, mas eu gostaria só de dizer que, sempre que se critica a lei 5.692 eu sou muito interpelada, em sala de aula, porque eu afiz parte do grupo de trabalho, é preciso deixar bem claro duas coisas: Primeiro, que o grupo de trabalho não propôs essa universalização, isso está no relatório do grupo, ele propôs exatamente o que está agora, a bifurcação ou aprofundamento de estudos ou a qualificação para o trabalho, no congresso nacional é que houve uma radicalização, e a lei saiu ao contrário determinando que todos os alunos tivessem qualificação pro trabalho e excepcionalmente se permitiria um aprofundamento de estudos, e nós sabemos muito bem que grande parte da clientela não está direcionada pra trabalho em nível médio, é clientela direcionada para a universidade, principalmente a escola particular, que fez um, um, a escola pública que não se preparou bem pra implantar a lei, a escola particular porque não tinha interesse.

(WC) - Tem que se interessar, não é?

(CF) - Em dar cursos que são mais dispendiosos. Exigem equipamentos, laboratórios, professores bem preparados e cursos que de resto não atendiam aos interesses da sua clientela que está direcionada, desde o dia do batismo a, a universidade, não é? Outra ca... coisa que se é então, o primeiro, o grupo de trabalho não propôs isto, é a outra observação, é que quando se critica a lei é preciso examinar primeiro

a concepção da lei, o que está na concepção da lei e como foi implementada, ou como, (riso) deixou de ser implementada, porque existem coisas que me espantam até hoje. Existe um artigo da lei que diz, essa lei será é, implantada progressivamente segundo as possibilidades, peculiaridades de cada sistema, todo mundo implantou aquilo de uma vez.

(WC) - É de uma vez.

(CF) - Existe a história de um pre, um secretário de educação de um estado, que se chegou ao ministro da educação, poucos meses depois, com uma porção de planos debaixo do braço e disse: "Eu no meu estado, eu tenho orgulho de declarar que a lei 5.692 já está implantada integralmente." É espantoso, que ela estivesse em, em, implantada integralmente em tão poucos meses, não é? A idéia é que se levaria assim dez, quinze, vinte anos até que ela estivesse realmente toda implantada. Há muitas deficiências na implantação, eu não, não fujo a, a, a acusação de que ela tem defeitos de concepção, pode ter, mas quando veio a reformulação dela dez anos depois, parece até que o Brasil cada dez anos faz uma reforma de ensino, né? Fez em 61, 71 e.

(WC) - Oitenta e dois.

(CF) - Oitenta e dois, em outubro a lei 7.044, restaura aquele primeiro esquema, que é de dar opção ao aluno ou de se profissionalizar ou de aprofundar os estudos, né?

(WC) - É.

(CF) - Foi a lei que, que então, que, que terminou com esta obrigatoriedade de qualificação pro trabalho, no ensino de segundo grau.

(WC) - E também ainda deixa aquela margem, né? Pra, pras regionais,

praz suas disciplinas, não é? Não deixou?

(CF) - Sim é, é profissionalização opcionais e tal.

(WC) - Em temas opcionais, não é?

(CF) - Então, esses foram assim os grandes momentos, e no es... estamos vivendo um outro grande momento que é o de gestação, né? De uma nova lei de diretrizes e bases, já existem vários anteprojetos, já existe o substitutivo do deputado relator Jorge Hage e então, vamos ver agora se 1990, o congresso logra votar a lei de diretrizes e bases da educação nacional. Eu tenho algumas dúvidas, considerando que este é um ano eleitoral e, existe umas duzentas leis complementares à constituição, e eu não sei se a gente poderia ter tanta veleidade de pensar que a educação vai ter assim uma prioridade, existem leis muito urgentes que precisam ser é, votadas no congresso para dar funcionalidade e funcionamento a dispositivos da constituição, são as leis complementares. Então, são esses os grandes momentos da educação, afóra isto, claro que houve reformulações dentro do sistema, indiferentemente de haver uma lei federal, houve reformulações, o próprio curso normal passou por várias reformulações, e isso é fácil, eu não teria condições de dar a vocês detalhes aqui de como foram.

(WC) - Para melhor ou para pior?

(CF) - A intenção é sempre de melhorar, ninguém reformula nada pra piorar, não é? Agora, às vezes, as coisas são planejadas para melhorar e há efeitos contrários, né? De vez em quando.

(WC) - Aqui nós temos um ensino bem vicioso, né? A partir da implantação é, do descobrimento, né? Digamos assim, então, nós temos sempre uma, um, um mal de estrangeiro, que nós temos, né? O português, o jesuítas, que a gente planta, e depois vem reformulando, reformulando, consertando mas algum, alguma dessas reformas de alguma

maneira responde mesmo às, às necessidades da gente? Eu me lembro bem, em 62, houve uma repulsa muito grande por essa lei, da diretrizes e bases é do, de 61 e 62 acusavam que era uma lei muito imposta, né? MEC-USAID eram chamada.

(CF) - Não, 4.024 que horror não, não.

(WC) - Eu sei que havia uma (incomp.)

(CF) - Essa acusação há com relação a 5.692 a, a, a lei 4.024 esteve no congresso uns quinze anos e a grande acusação, é porque houve um grande debate nacional com a relação a lei diretrizes e base, foi um embate muito frontal e muito profundo entre a escola particular e a escola pública.

(WC) - É, isso sempre aparece na nossa vida, né?

(CF) - Então, havia, havia os privatistas, de privatistas e havia os monopolistas, não é? E esta coisa foi muito séria, muito séria, a igreja católica tomou uma posição com relação a escola particular, como de resto está tomando de novo, né? Toma, evidentemente, ela tem uma rede de escolas é, e havia aquele grupo que defendia o monopólio da escola pública, Anísio Teixeira, Almeida Júnior e todo esse grupo, né? De, de educadores brasileiros que sempre lutaram pela hegeemonia da escola pública. Então a grande luta em torno da lei 4.024 foi mais, foi isto, é foi em torno de escola pública, escola particular. A lei quatro, 5.692 não entrou nesse terreno porque, ela só tratou mesmo da organização escolar, da estrutura e do funcionamento do ensino de primeiro e segundo graus. Ela tem muita virtudes algum, alguns pontos da lei 5.692 nunca foram contestados, ninguém contestou, por exemplo, a ex... expansão do ensino de primeiro grau, de quatro para oito séries. O que se questiona é que, existem estados que no seu interior

e prefeituras, que até hoje não conseguiram implantar as oito séries. Mas o que se diz lá, que a lei seja implantada progressivamente, segundo as possibilidades. Então, eu não vejo contradição nenhuma em que a lei exija oito anos, e exista municípios, que na sua rede municipal só dêem quatro séries. Existe um ensino de oito séries, implantado, mas nem todas as escolas dão oito séries, é, nem todas as redes municipais dão oito séries, pra mim são coisas diferentes. Isto ninguém questionou a partir do argumento de que uma escola de quatro série, de quatro anos não prepara ninguém pra coisa nenhuma.

Hoje mesmo estava vendo um professor, um cientista, não me lembro, não vi o nome, da USP, dando uma entrevista na televisão, a respeito desse seminário que o INEP está promovendo, ontem e hoje, sobre a educação para o futuro. O homem está falando uma linguagem assim é, é (pigarreou) daqui alguns anos é preciso que a, se recupere a escola, a escola pública, que todos tenham a... acesso a uma escola de boa qualidade, que usem a informática porque para aguentar o século 21 vai ser preciso estar muito bem preparado.

Então, a conversa hoje já não é mais se deve ser quatro anos ou oito anos, a conversa hoje é, como devem ser esses pelo menos oito anos pra, pra mon... preparar o indivíduo pra aguentar o século 21, né? Então, é uma coisa irreversível de modernização, você pode até criticar o, o, os rumos, o caminho que a modernização tomou, mas você não vai, porque isso é irreversível, e é preciso preparar o cidadão comum para viver nesse mundo tecnológico, né?

(WC) - Inclusive, eu acho, eu pelo menos acho, eu não sou marginal da cultura e da civilização do século, eu não entendo nada da tecnologia existente hoje. E se a gente não começa de fato, a colocar isso nas escolas, e como?

(CF) - Pois é!

(WC) - Com que dinheiro, em escolas que nós não temos lápis nem papel?

(CF) - Exato! Então, os problemas, os problemas, eu acho, da educação brasileira não são muito conce... muito de concepção não, eu acho que nós temos muito bem, nós já sabemos muito bem a escola que nós precisamos, eu acho que nós sabemos. O, o mal da educação brasileira é a distância que existe entre o discurso e a prática. Qualquer educador brasileiro, vai no congresso lá fora e isso me foi observado pelo meu (incomp.) lá nos Estados Unidos, que disse, em sala de aula, ele dizia assim, apontando pra mim, dizia: "Esta gente na terra dela, já é uma gente sofisticada, que quando vai aos congressos internacionais tem o que dizer, está muito sintonizada." Agora, quando você vai ver a transposição desses conceitos na prática, é uma distância enorme. O nosso mal ao meu ver é que nós sempre é, é trabalhamos muito distanciados dos discursos. Eu nem sei se nós precisamos de outra lei de diretrizes e bases.

(Final do lado "A" da Fita III)

(CF) - Desde, em décadas que, que a constituição vem registrando direito de todos à educação, a lei de diretrizes e bases e, acho que mais do que e, essa prescrição legal do que deva ser a educação e, a nós temos necessidade de uma consciência do professor a respeito do papel, seu papel social, do papel da escola. É, nós sabemos que os técnicos da fundação educacional produzem é, é documentos (obrigada) documentos é de alta sofisticação e, e nós sabemos muito bem é, o, o, o que é, é estamos muito sintonizados com o que acontece no mundo

inteiro és, e em questões de teorias de educação de metodologias de ensino. Mas a transposição disso pra sala de aula, ela tem que passar por uma, um, uma transformação do professor, por uma formação do professor, a valorização da profissão que, que tem que ser feita através de uma formação muito boa e de condições muito boas de exercício profissional, de bom salário, boas condições de prestígio social. E você me pergunta sobre, se, se isso existe na escola normal? Exis... ensino normal, existe no ensino normal porque está havendo um círculo vicioso na escola normal, porque a profissão não é, valoriza, de professor não é muito valorizada, não, não há muito prestígio social na profissão, e o salário é muito baixo, está havendo uma fuga da, da classe média alta para os cursos de mais prestígios como: medicina, direito, odontologia, informática, arquitetura e etc., engenharia.

(WC) - Informática, porque medicina também tá.

(CF) - No momento informática a, nes... nesse, nestaa década é mais informática, não é? Que é a palavra de ordem do momento. E, então, estão indo para a escola normal as alunas que têm me, es... parece que estão com menos condições é, pelo menos acadêmicas de desenvolver estudos mais sofisticados, não é? E se diz muito também que a lei 5.692, afetou o ensino normal, a partir do momento em que é, é, eles deixou de ser um curso específico de formação de professores com status que tinha, e passou a ser um dos cursos profissionalizantes.

(WC) - De nível médio.

(CF) - De nível médio, precisando ter aquele currí... núcleo comum e as disciplinas profissionalizantes. Eu acho que isso tudo p[recisa ser muito bem estudado, acho um pouco simplista você explicar só por e, por esta via, é, é muito mais complexo o problema. Agora, acho,

concordo com você, em que a formação do professor primário, do professor de escola, principalmente, para magistério de primeiro, a primeira à quarta série está deficiente, muito deficiente porque na, quanto mais importante é, é o papel do professor, mais séria tem que ser essa formação.

(WC) - Exatamente.

(CF) - E eu não sei, na em toda esse que espectro da educação, eu não sei, talvez colocasse como os momentos críticos da educação do, do, do menino, da criança brasileiras, as primeiras quatro séries, que é momento assim de instrumentalização deste menino, pras conquistas, que ele tem que fazer depois, no resto do primeiro grau e no segundo grau, alfabetização é um momento muito importante, a socialização, a, a, o desenvolvimento da criatividade, e nós sabemos quando ouvimos os especialistas criticarem o ensino da matemática, o ensino da, lin... do português, o ensino de ciências, nós sabemos que o que mais se faz, é matar a criatividade em sala de aula, né? Eu, eu acho que é uma discussão muito complexa.

(WC) - Exatamente.

(CF) - E, é muito difícil você localizar a, a, assim, em poucas palavras, as deficiências, as causas da, da, disto que nós estamos chamando baixa qualidade do ensino.

(WC) - Você gostaria de, de retomar, não sei se você já esgotou tudo, tudo que tinha a dizer, com relação as modificações fundamentais metodológicas ocorridas é, em consequência das mudanças da lei, das leis de diretrizes e bases. Principalmente porque você trabalhava diretamente junto com conselho, ou seja, havia uma centralização aí, né? Como é que você, alguma coisa você já disse, mas eu tenho a

impressão, que eu acho que você teria mais alguma coisa a dizer.

(CF) - Eu não diria que as reformas de ensino a 4.024, 5.692, depois 7.044, influíssem diretamente em metodologia de ensino, acho que isso não, é, acho que elas são mais políticas de educação elas trataram mais de questão curricular, mas sem descer, sem descer a, a, a esse detalhe da metodologia, metodologia de ensino do, da maneira, como o professor trabalha em sala de aula. Eu acho que, o que tem havido de desenvolvimento das metodologias no ensino do Distrito Federal e como se processa no resto do país e no mundo inteiro, é fruto do desenvolvimento dos professores, da, da busca de, de aperfeiçoamento que os professores fazem, vindo à universidade, buscando graduação em nível superior, pós-graduação e os programas de, é aperfeiçoamento de professores que eu considero, que no Distrito Federal tem sido sempre uma preocupação, muito embora haja críticas a esse respeito, eu considero essas críticas injustas porque tem havido muito esforço, muito esforço ao longo das administrações, tem havido muito esforço de proporcionar atualização e aperfeiçoamento aos professores.

(WC) - Isso é proposto pela fundação ou pela secretaria da educação?

(CF) - Sempre, sempre, proposto pelas administrações, né? Claro que as idéias partem das equipes técnicas, que são as, que são mais sensíveis ao problema e estão com a responsabilidade direta de melhorar o desempenho dos professores em sala de aula. Eu acho que a gente precisava começar a, a simplificar a linguagem, passar a se preocupar mais com o que está acontecendo em sala de aula. Eu acho que todos os estudos, as discussões, os debates andam em torno da escola de aula, da sala de aula, em torno da, da escola, mas não se penetra no que está acontecendo em sala de aula. As pesquisas que se fazem não só.

(WC) - Chegam lá?

(CF) - Não só no Brasil como no exterior, não chegam até o professor de sala de aula, aquilo que outros professores estão tentando fora, fora e aqui dentro do país, em termos e melhoria de ensino da matemática, da, da geografia, da história, da ciência, da linguagem, das artes e etc., o pro... o professor não tem acesso a essa informação.

(WC) - Então, não falta ainda é mais curso de atualização aos professores?

(CF) - Eu acho que falta sistematização da utilização da pesquisa. Eu vejo aqui entre os nossos alunos de mestrado, por exemplo, nossos alunos de mestrado geralmente e, é as dissertações de mestrado tem muito a ver com os problemas da educação no Distrito Federal, eu tenho alunos mestra... mestrados, hoje mestres e alguns que estão fazendo comigo, estão, pesquisam o Distrito Federal, houve pesquisa na área de, administração da, de ensino supletivo, de psicologia da aprendizagem é de, estratégia alternativas como educação distância, avaliação dos programas do CESAS, etc., etc. Eu não tenho notícia de que isso não é mal de Brasília, não é so mal do Brasil, isso é mal de to... quase toda América Latina, é o desconhecimento que os executores de política de educação e que os executores, os, os, aqueles que trabalham com a educação em, em escola e sala de aula tem do que se está pesquisando. Quando eu era membro do conselho diretor da fundação educacional eu fiz uma proposta que foi votada e aceita, de a gente fazer uma solicitação a faculdade de educação aqui da universidade de Brasília, de que todas as dissertações dos a, dos, dos professores da fundação, que fazem, inclusive, da, o mestrado aqui com bolsa de estudo da fundação, são dispensados de dar aulas durante dois anos,

três anos pra fazer o mestrado aqui, que as suas dissertações fossem estudadas e encaminhada para fundação e que lá elas fossem estudadas, discutidas e divulgadas. A faculdade começou a mandar, ao fim de cada defesa de dissertação, recebia-se lá dissertação, cópias com ofício, etc. Eu não sei até hoje, se houve alguma sistematização de estudos.

(WC) - (incomp.)

(CF) - É, pra divulgar tudo isso. Eu não sei por exemplo, eu fui orientadora da Cléia Sevine, que é aí do ensino supletivo, ela fez um estudo sobre eu acho que a, a, a segunda fase do ensino supletivo no CESAS. Eu não sei se os professores do supletivo no CESAS, ficaram conhecendo essa.

(WC) - (incomp.)

(CF) - Se ela teve oportunidade de discutir esta pesquisa dela lá, eu não sei se teve.

(WC) - Professora Clélia, uma das intenções.

(CF) - Existe um estudo do material, dos módulos de ensino um, um estudo crítico, uma pesquisa, uma dissertação de mestrado aqui, do material de, de, do material de ensino que são os módulos do CESAS. Eu não sei se os professores do CESAS, discutiram, aquelas pessoas que são encarregadas de elaborar este módulo, se elas tiveram o conhecimento da pesquisa, das constatações desta pesquisa. Então, eu acho que as vias de se aperfeiçoar o professor e de se melhorar o desempenho do professor em sala de aula, não são só essas vias formais de mandar pra fazer curso não, existem muitas outras. É eu, eu imagino que se, se devesse partir para uma organização é, de calendário em que os professores de fato, eu estou falando de fato, eu estou sublinhando de fato, discutissem o planejamento deles em que semanalmente eles na, na chamada coordenação que eu sei que existe coordenação, eles de fato

se reunissem para cada dia estudar um tópicos das dificuldades reais e atuais que estão sendo encontradas em sala de aula, chamando pra isso é, peritos, especialistas naquela área, pra discutir com eles. E, eu tenho quase certeza de que isso não acontece, por isso é que eu digo, que a discussão dos problemas educacionais que de resto devem ser problemas de sala de aula, porque esta coisa em última instância, acontece é nas salas de aula, elas não chegam à sala de aula. O professor de sala de aula, que me perdoe os que não se enquadram nessa descrição que eu vou fazer, mas eu acho que um grande percentual estão rotineiros, repetitivos, desanimados e perderam muita aquela perspectiva social da sua importância.

Eu ouvi uma vez uma palestra na, na aula inaugural da Josephina aqui dos nossos alunos de especialização, em que ela chama isso de sagrado, que os alu... que os professores de um modo geral perderam o sentido do sagrado em educação, quer dizer, aquilo que é a essência do seu trabalho, aquilo que confere a importância do seu trabalho, isto está perdido, eles estão transformados em meros trabalhadores da educação.

(WC) - (incomp.)

(CF - E perdeu é. Eu não estou defendendo o professor sacerdote, isto não é, não é isto não. Acho que é uma profissão e tem que ser tratada como tal e valorizada, mas que tem que ser desempenhada com profissionalismo também.

(WC) - Claro, principalmente.

(CF) - Então, eu acho que, vocês quer tratar o professor co... como um profissional mas ele, é, em muitos casos não está atuando com profissionalismo. Isto é uma pena porque fica uma imagem desgastada, a

sociedade passa a não acreditar nele e os alunos percebem que estão sendo, estão sendo levados, né?

(WC) - Uma das intenções desse projeto também é catalogar todas as teses sobre educação, que se teve aqui no Distrito Federal, pra pelo menos, haver uma, uma direção.

(CF) - Isso é muito fácil, existe o setor de teses e dissertações aqui na biblioteca central, você recebe uma relação (incomp.) computador, na hora com a, a, a tese, a tese, talvez, provavelmente, até com sumário, abstrato não sei, com autor da tese, a data e o orientador, o professor orientador e os leitores.

(WC) - Então, vai se fácil passar pro terminal.

(CF) - Muito fácil.

(WC) - Do, do, do nosso sistema?

(CF) - É só entrar em contato com a biblioteca central nossa.

(WC) - Ótimo.

(CF) - Que você terá essas informações com presteza.

(WC) - Esse dado eu não tinha, eu achei que a gente ia ter que levantar.

(CF) - Não, não com muita presteza, você tem tudo isso lá.

(WC) - Então, já podemos fazer ligação nisto pra o terminal do nosso computador e o museu terá todas as informações.

(CF) - É.

(WC) - Biblioteca central, né? Eu gostaria, então, agora de ver mais uma coisa. Qual sua opinião, o perfil que você tem desses órgãos oficiais da nossa educação. Isto que cuida da centralização do nosso ensino, desde a fundação educacional, a secretaria, o conselho, do qual você fez parte, não é? E da organização interna que se deu a isso, a princípio, através dos complexos escolares, né? E agora com as

di... divisões diferenciadas e que elas ficam mais congregadas das direções regionais.

(CF) - Bem, eu não me sinto qualificada pra fazer nenhuma apreciação da organização da fundação educacional porque eu não tenho nenhum elemento de acompanhamento pra dizer que, fazer comparação entre estruturas passadas e estruturas presente, né? Eu acho que isto seria um estudo grande de muito fôlego, feito por especialista em administração, que pudessem, talvez, é, bus... buscar, analisar, isso, eu não tenho. Quanto ao conselho de educação do Distrito Federal é, onde eu estive e voltei, a partir de 88, estou de novo como membro do conselho da educação. Eu continuo achando o que achava ao tempo que estava lá antes de ir fazer minha pós-graduação, em 74, que lamentavelmente o conselho de educação é sobrecarregado com matérias burocráticas, com assuntos de ordem administrativa que podem ser decididos por delegação na área executiva e que não deviam tomar tempo do conselho, que esse sim, devia ser um forum de, debate, de problemas da educação, pra pensar a educação, assessorar a secretaria de educação, no estabelecimento de política educacionais e de planejamento da educação. E lamentavelmente, o conselho está sendo absorvido a inteligência, o tempo, o esforço do conselho, é muito absorvido por questões menores, como sendo, a escola é, examinar processos de autorização da escola, examinar se tem habite-se, se não tem habite-se, carta de habite-se se os professores é, quer dizer, é toda aquela coisa que o departamento de inspeção pode fazer.

(WC) - Pode fazer.

(CF) - E que, que deve ter uma fé de ofício pra ele próprio assumir a responsabilidade. Segundo a resolução do conselho, tá tudo em ordem,

aquilo não precisava ir pra lá, bastava dizer: "A escola tal está em condições de ser então aprovada e tudo isso." E outra coisa muito séria que eu acho que tá acontecendo no Brasil, foi essa atribuição aos conselhos da educação, primeiro de estabelecer e hoje até, de fiscalizar a cumprimento das normas com relação a anuidades escolares, e com isso o conselho tem se visto, às vezes, como foi aconteceu o ano passado, mais no final do ano, envolvido em conflitos entre a escola particular, a família e o Estado. E eu tenho me rebelado muito contra isto e havia uma portaria do ministério da fazenda que atribuía ao conselho até a fiscalização da, das anuidades escolares, e a lei de que, que criou o conselho de educação é a 4.024 em 61, a lei de diretrizes e bases, que diz que os membros do conselho de educação deviam ser pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação. Nunca se disse lá que tinha que ter curso de contabilidade.

(WC) - Contabilidade.

(CF) - Não é? Pode até ser, há pessoas muito entendida em contabilidade e tem gosto pela contabilidade.

(WC) - Mais não é o seu caso.

(CF) - Mas isso não é, isso não é da essência, do perfil do conselheiro né?

(WC) - Claro!

(CF) - Então, eu, a minha crítica ao conselho é esta, eu sei que é uma crítica unânime, porque todos fazem, né? E ela é antiga desde o tempo que eu.

(WC) - E não há como vocês mudarem?

(CF) - Com uma nova lei de diretrizes e bases onde haja uma nova atribuição, né? Se faça novo regimento do conselho, em que a, um regimento é sempre aprovado por um decreto, ou um decreto, o

governador cria um novo conselho com atribuições diferentes, né? Que seja atribuições estritamente de política de educação. Existem questões menores que ocupam o tempo do conselho, não é? Por exemplo, é revalidação de cursos, equivalência de estudos feitos no exterior. Se o conselho baixa determinadas normas, deve haver os técnicos na secretaria capazes de examinar, bom isso aqui vale, isso não vale e eles tomarem uma decisão. Eu acho que o conselho é um órgão normativo e não tem que ficar se debruçando em, em despachos de processos, essas coisa, porque aí não há tempo pra se estudar as questões substanciais.

Eu estou no conselho de novo desde 1988, fui pra lá em outubro de 88, trabalha-se demais, as reuniões são prolongadas, são reuniões, às vezes, muito cansativas, são desgastantes, física e emocionalmente, principalmente quando a gente se vê com esses conflitos e toda aquela audiência de partes conflitantes, pais e diretores de escola, e televisão em cima e refletores. Quer dizer, tudo menos um ambiente onde um grupo se reúne para pensar, estudar e discutir substância de educação, não é? Eu não, não, eu não vi ainda nesse tempo que estou lá, discutir-se um projeto desses que andam por aí, que os meus, eu discuto com meus alunos em sala de aula e o conselho de educação do Distrito Federal, ainda não teve tempo de se debruçar sobre o anteprojeto da lei de diretrizes e bases da educação nacional. Então, essa, esta crítica eu faço com liberdade, porque esse é um assunto que eu estou vivenciando, um problema que eu estou vivenciando.

Agora, a outra parte da sua pergunta, com relação a estrutura da fundação e da secretaria, eu não tenho elementos para fazer nenhuma análise.

(WC) - Eu gostaria de voltar, ainda, à sua atividade na CASEB, sua direção no CASEB. Você quis falar a, em outro momento sobre o acervo do CASEB e eu pedi pra você interromper, porque nós estávamos sem a fita naquele momento.

(CF) - Hum sim! Você me falou a respeito de onde, onde adquirir alguns documentos, né?

(WC) - Certo.

(CF) - Eu fiquei agradavelmente surpreendida com um documento, uma publicação que você me mostrou ontem, que tem alguns documentos originais, assim que deram a, a su..., que fazem parte da história, né? Da, da CASEB, do nascimento da CASEB.

(Final do lado "B" da fita III)